

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

REC Log 2 S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

REC Log 2 S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
REC Log 2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da REC Log 2 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras individuais e consolidadas no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 7 de fevereiro de 2025, sem modificação.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



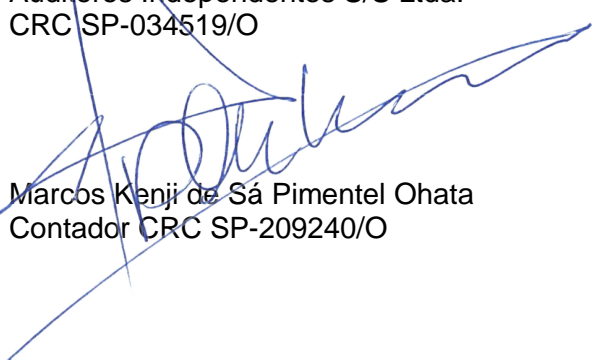
**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata
Contador CRC SP-209240/O

REC Log 2 S.A.

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6	822	72.878	1.973
Contas a receber	14 (i)	-	-	4.097	(133)
Tributos a recuperar	5	15	6	8.799	7.815
Outras contas a receber		-	-	64	131
Total do ativo circulante		21	828	85.838	9.786
Não circulante					
Investimentos	6	106.199	79.045	-	-
Propriedades para investimentos	7	-	-	36.419	112.544
Total do ativo não circulante		106.199	79.045	36.419	112.544
Total do ativo		106.220	79.873	122.257	122.330
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores		37	2	116	306
Adiantamentos de clientes	8	-	-	959	959
Dividendos propostos	10.b	2.991	2.991	2.991	2.991
Tributos a recolher		1	-	5	10
Total do passivo circulante		3.029	2.993	4.071	4.266
Não circulante					
Tributos diferidos	9 e 16.b.	-	-	14.995	41.184
Total do passivo não circulante		-	-	14.995	41.184
Patrimônio líquido					
Capital social	10.a	170.817	169.397	170.817	169.397
Reserva de Lucros		-	1.733	-	1.733
Prejuízos acumulados		(67.626)	(94.250)	(67.626)	(94.250)
Total do patrimônio líquido		103.191	76.880	103.191	76.880
Total do passivo e do patrimônio líquido		106.220	79.873	122.257	122.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

REC Log 2 S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas operacionais líquidas					
Receita com aluguéis	11	-	-	2.046	-
Custo com locação	12	-	-	(6.231)	(8.562)
Prejuízo bruto		-	-	(4.185)	(8.562)
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	13	(147)	(92)	(4.020)	(2.148)
Perda ao valor recuperável	7	-	-	-	(86.735)
Outras receitas ou despesas	14	-	-	5.674	-
Tributárias		-	(4)	(1.525)	(2.105)
Resultado de equivalência patrimonial	6	24.997	(102.527)	-	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		24.850	(102.623)	(4.056)	(99.550)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	15	41	3	2.779	732
Despesas financeiras	15	-	-	(20)	(13)
		41	3	2.759	719
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		24.891	(102.620)	(1.297)	(98.831)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	26.188	(3.789)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		24.891	(102.620)	24.891	(102.620)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

REC Log 2 S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	24.891	(102.620)	24.891	(102.620)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	24.891	(102.620)	24.891	(102.620)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

REC Log 2 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – controladora e consolidado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		168.897	1.733	8.370	-	179.000
Aumento de capital		500	-	-	-	500
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(102.620)	(102.620)
Reserva de Lucros		-	-	(8.370)	8.370	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		169.397	1.733	-	(94.250)	76.880
Aumento de capital	10.b	1.420	-	-	-	1.420
Lucro líquido do exercício		-	-	-	24.891	22.877
Absorção da reserva legal		-	(1.733)	-	1.733	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	10.a	170.817	-	-	(67.626)	103.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

REC Log 2 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	24.891	(102.620)	(1.297)	(98.831)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	(24.997)	102.527	-	-
Perda ao valor recuperável	-	-	(2.014)	86.735
Ganho na alienação imóveis	-	-	(3.660)	-
Depreciação de propriedades para investimentos	-	-	6.800	9.414
Variações nas contas de ativo e passivo				
Tributos a recuperar	(9)	(1)	(986)	(111)
Contas a receber	-	4	-	(4.735)
Outras contas a receber	-	-	67	321
Fornecedores	35	(5)	(190)	289
Tributos a Recolher	1	(1)	(5)	(6)
Subtotal caixa consumido nas atividades operacionais	27	(3)	(1.144)	(4.242)
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	(79)	(96)	(1.285)	(6.924)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Antecipação de dividendos	20	-	-	-
Recebimento na alienação de bens imóveis	-	-	70.770	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.177)	-	-	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(2.157)	-	70.770	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	1.420	500	1.420	500
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	1.420	500	1.420	500
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(816)	404	70.905	(6.424)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	822	418	1.973	8.397
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	822	72.878	1.973
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(816)	404	70.905	(6.424)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A REC Log 2 S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) foi constituída em 10 de novembro de 2010, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.400 - 13º andar, no bairro do Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Brasil.

A Companhia tem como objeto social: (i) realizar investimentos em participações societárias, por meio de sociedades brasileiras, em ativos imobiliários industriais e de escritórios no Brasil; (ii) adquirir, deter, administrar, desenvolver, construir, fiscalizar, alugar e dispor de tais investimentos; (iii) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; e (iv) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras sociedades que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (i) a (iii) acima e/ou que tenham como objeto social a participação, como sociedade patrimonial, em quaisquer sociedades que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (i) a (iii) acima.

A Companhia possui 100% do capital da BRC VII Cidade Nova Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“BRC VII”). A BRC VII possuía um imóvel na cidade do Rio de Janeiro, alugado para a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, cujo contrato foi rescindido em maio de 2021, com isso a administração decidiu realizar a liquidação da dívida associada ao imóvel.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)--Continuação

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 13 de fevereiro de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para alguns fundos financeiros mensurados ao valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Consolidação

a) Demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, e tem a capacidade de auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Controladas--Continuação

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas e a Companhia são eliminados. Os lucros (prejuízos) não realizados, quando aplicável, também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto foram aplicadas de maneira uniforme e são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos.

Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, cálculo com base na taxa de juros até a data do balanço.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor e as aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa.

3.3. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e sociedades compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, fornecedores, entre outros.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descritos a seguir:

i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

ii) Ativos financeiros ao valor justo

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

iii) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os outros passivos financeiros, incluindo fornecedores, e outras contas a pagar, são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.4. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

3.5. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui nenhum instrumento derivativo em 31 de dezembro de 2025.

3.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

3.7. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações ou todos) mantida pelo proprietário ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio.

A controlada da Companhia é proprietária de um edifício mantido para rendimentos de aluguel de longo prazo e para valorização. Os imóveis não são ocupados pela Companhia.

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

A propriedade para investimento é apresentada pelo custo menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear, levando em consideração as taxas de depreciação aplicáveis e reconhecidas no resultado do exercício.

Os terrenos são segregados dos demais custos de aquisição e construção e não são depreciados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício, e seus valores calculados de forma prospectiva. A propriedade possui um prazo de vida útil estimada em 40 anos.

3.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.9. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, civis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.10. Tributação

3.10.1. Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A base de apuração é o resultado do exercício.

3.10.2. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

3.10.3. Impostos sobre receitas de locação

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre locação, exceto:

- Quando os impostos sobre locações não forem recuperáveis com as Autoridades Fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas.

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Tributação--Continuação

Para as sociedades que utilizam a sistemática do lucro real, a contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 1,65%, aplicada sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor.

3.10.3. Impostos sobre receitas de locação--Continuação

A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 7,60%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS.

3.11. Reconhecimento da receita

3.11.1. Receita com aluguéis

O locatário de seu edifício comercial paga um aluguel que corresponde a um valor anual, reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-M).

A Companhia registra suas operações com locação como arrendamentos mercantis operacionais. O valor do aluguel estabelecido, incluindo os aumentos fixos periódicos previstos nos contratos e excluindo os reajustes inflacionários, é reconhecido na proporção da participação da Companhia no empreendimento, em bases lineares durante os prazos do respectivo contrato, independentemente da forma de recebimento.

3.11.2. Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.12. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas com base no regime de competência.

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 e normas emitidas, mas ainda não vigentes

Novos requerimentos atualmente em vigor

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2025	Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
1º de janeiro de 2025	Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A Companhia está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Data efetiva	Normas emitidas, mas não vigentes
1º de janeiro de 2027	IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtópicos especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades conexas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.
1º de janeiro de 2027	IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.
1º de janeiro de 2026	Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos bancários de curto prazo	6	822	780	1.573
Aplicação financeira (a)	-	-	72.098	400
	6	822	72.878	1.973

(a) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas lastreadas em debêntures, que são remunerados a taxas que se aproximam da variação do CDI (variam entre 75% e 100%) e para as quais inexistem penalidades ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, além do direito de exigir a recompra a qualquer momento.

5. Tributos a recuperar

O saldo de impostos a compensar é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRRF a recuperar	15	6	3.513	3.164
PIS e COFINS a recuperar	-	-	5.286	4.651
	15	6	8.799	7.815

Durante o exercício de 2025 a BRC VII, fez uma nova locação do prédio, fazendo com que o valor de Pis e Cofins a recuperar passe a ser deduzido, os demais impostos ainda estão em processo de validação pela Receita Federal do Brasil.

6. Investimentos

a) Movimentação

Nome da empresa	% de participação direta	Saldo em 31/12/2024	Adiantamento para futuro aumento de capital	Antecipação de dividendos	Resultado de Equivalência	Investimentos em 31/12/2025
Investimentos em controladas diretas						
BRC VII	100%	79.045	2.177	(20)	24.997	106.199

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos--Continuação

a) Movimentação--Continuação

Nome da empresa	% de participação direta	Saldo em 31/12/2023	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado de Equivalência	Investimentos em 31/12/2024
Investimentos em controladas diretas					
BRC VII	100%	181.572	-	(102.527)	79.045

7. Propriedades para investimentos

a) A movimentação de propriedade para investimentos pode ser assim resumida:

	Valor de custo		Mais Valia (c)	Depreciação acumulada	Perda ao valor recuperável	Valor líquido
	Terrenos	Edificações				
Em 31 de dezembro de 2023	6.006	315.465	171.757	(167.159)	(117.376)	208.693
Reversão de <i>Impairment</i>	-	-	-	-	(86.735)	(86.735)
Depreciação das edificações no exercício	-	-	-	(9.414)	-	(4.558)
Em 31 de dezembro de 2024	6.006	315.465	171.757	(176.573)	(204.111)	112.544
Baixa de <i>Impairment</i> (i)	-	-	-	-	136.020	136.020
Reversão de <i>Impairment</i>	-	-	-	-	2.014	2.014
Depreciação das edificações no exercício	-	-	-	(6.800)	-	(6.800)
Baixa por venda (i)	(4.002)	(210.226)	(114.462)	121.327	-	(207.359)
Em 31 de dezembro de 2025	2.004	105.239	57.295	(62.046)	(66.077)	36.419

(i) Em 26 de junho de 2025, foi assinado o Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e Outras Avenças, com a superação das condições resolutive e imissão da posse do imóvel mediante escritura realizada em 01 de agosto de 2025, onde a Companhia alienou a fração ideal equivalente a 66,64% do imóvel pelo montante de R\$75.000. Desse montante, em 31 de dezembro de 2025 há um saldo a receber de R\$4.096.

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Propriedades para investimentos--Continuação

a) A movimentação de propriedade para investimentos pode ser assim resumida--Continuação

Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seu imóvel para investimento ao custo histórico menos a provisão para depreciação.

b) Mais valia de ativos:

O saldo de mais valia apresentado em propriedade para investimento é resultado da aquisição da BRC VII pela REC LOG 2 em 31 de março de 2011, pelo valor de aquisição de R\$177.761. Em 28 de março de 2013, em função da incorporação reversa realizada pela controlada indireta BRC VII sobre sua controladora REC LOG 2, o valor da mais valia foi ajustado para R\$171.757.

c) Provisão para perdas:

Em 2025, a Companhia alienou a fração ideal equivalente a 66,64% do imóvel, desta forma, sobre o saldo de 31 de dezembro de 2024, foi baixado R\$136.020 em contrapartida ao resultado do exercício, totalizando uma provisão para perda atualizada no valor R\$66.077 em 31 de dezembro de 2025 (R\$204.111 em 31 de dezembro de 2024).

8. Adiantamento de clientes

O montante de R\$959 (R\$959 em 31 de dezembro de 2024) corresponde à parcela do pagamento antecipado de aluguel feito pela locatária Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") à controlada direta BRC VII. Conforme mencionado no contrato de locação assinado entre as partes, os adiantamentos de aluguéis efetuados pelo locatário são atualizados pelo IGP-M, com prazo total de locação de 15 anos, em 2026 há a expectativa de realizar a baixa. O acordo se trata de valores pagos a maior pelo cliente, que deverá ser descontado da indenização a ser paga pelo mesmo, e que ainda está em negociação para pagamento.

9. Tributos diferidos

O saldo da conta de impostos diferidos é originado da linearização do aluguel e da diferença de taxa de depreciação da Propriedade para Investimento, sendo formado da seguinte forma:

	Consolidado	
	2025	2024
IRPJ diferido passivo	11.025	30.283
CSLL diferido passivo	3.970	10.901
	<u>14.995</u>	<u>41.184</u>

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia de R\$170.817 (R\$169.397 em 31 de dezembro de 2024) está dividido em 170.817.215 (169.397.215 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionista	Quantidade de ações ON	
	2025	2024
Fundo de investimento imobiliário Tourmalet V - Edifício Cidade Nova	57.666.428	57.187.048
Genesis Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário	30.815.581	30.559.412
PREP III Industrial Co-Investment, L.P.	82.335.206	81.650.755
	170.817.215	169.397.215

Em 30 de outubro de 2024, a Companhia aprovou por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no valor de R\$500 nas devidas proporções dos sócios.

Em 18 de março de 2025, a Companhia aprovou por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no valor de R\$500 mediante a emissão de 500.000 (quinhentas mil) ações ordinárias, totalmente subscrito pelos acionistas proporcionalmente às suas participações no capital social.

Em 18 de junho de 2025, a Companhia aprovou por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no valor de R\$170 mediante a emissão de 170.000 (cento e setenta mil) ações ordinárias, totalmente subscrito pelos acionistas proporcionalmente às suas participações no capital.

Em 24 de junho de 2025, a Companhia aprovou por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no valor de R\$480 mediante a emissão de 480.000 (quatrocentas e oitenta mil) ações ordinárias, totalmente subscrito pelos acionistas proporcionalmente às suas participações no capital.

Em 7 de agosto de 2025, a Companhia aprovou por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no valor de R\$270 mediante a emissão de 270.000 (duzentas e setenta mil) ações ordinárias, totalmente subscrito pelos acionistas proporcionalmente às suas participações no capital.

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido--Continuação

b) Destinação do resultado

Tendo em vista que o Estatuto da Companhia é o omissivo quanto a definição do percentual dos lucros a serem distribuídos como dividendos, a Administração servindo-se do Art.202 da Lei das 6.404/76 "Lei das S/A", atualizada pela Lei 11.638/07, destinará 25% do lucro líquido após destinação da reserva legal para reserva de lucros.

11. Receita líquida de serviços

Receita com prestação de serviços	Consolidado	
	2025	2024
Receita com aluguéis	2.255	-
	<u>2.255</u>	<u>-</u>
Deduções da receita		
Pis	(37)	-
Cofins	(172)	-
	<u>(209)</u>	<u>-</u>
Receita operacional líquida	<u>2.046</u>	<u>-</u>

12. Custo com locação

	Consolidado	
	2025	2024
Energia Elétrica	(257)	(227)
Água Esgoto	(7)	(9)
Manutenção Predial	(53)	(80)
Seguros	(96)	(180)
Depreciação das propriedades para investimento	(5.818)	(8.066)
	<u>(6.231)</u>	<u>(8.562)</u>

13. Despesas gerais e administrativas

	Controlada		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Honorários advocatícios	(1)	(3)	(573)	(651)
Serviços contábeis e consultoria (i)	(127)	(81)	(2.443)	(133)
Manutenção, segurança e vigilância	-	-	(827)	(1.216)
Serviços de informática	(6)	(7)	(12)	(14)
Outras receitas e despesas	(13)	(1)	(165)	(134)
	<u>(147)</u>	<u>(92)</u>	<u>(4.020)</u>	<u>(2.148)</u>

(i) O aumento apresentado é decorrente da comissão pela intermediação da venda do imóvel, conforme mencionado na Nota 7.

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Outras receitas e despesas

	Controlada		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita na alienação de imóveis (i)	-	-	75.000	-
Custo na alienação de imóveis (Nota 7)	-	-	(207.360)	-
Baixa de <i>impairment</i> (Nota 7)	-	-	136.020	-
Reversão de <i>impairment</i> (Nota 7)	-	-	2.014	-
	-	-	5.674	-

(i) Em 26 de junho de 2025, foi assinado o Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e Outras Avenças, com a superação das condições resolutive e imissão da posse do imóvel mediante escritura realizada 1º de agosto de 2025, onde a Companhia alienou a fração ideal equivalente a 66,64% do imóvel pelo montante de R\$75.000. Desse montante, em 31 de dezembro de 2025 há um saldo a receber de R\$4.096.

15. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesa financeira				
Despesas bancárias	-	-	(19)	-
Juros pagos a terceiros	-	-	(1)	(13)
Total das despesas financeiras	-	-	(20)	(13)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira (i)	43	3	2.915	770
Impostos incidentes sobre rendimento de aplicação financeira	(2)	-	(136)	(38)
Total das receitas financeiras	41	3	2.779	732
Resultado financeiro líquido	41	3	2.759	719

(i) O aumento apresentado é decorrente da destinação dos recursos recebidos pela venda da fração do imóvel (Nota 7) em aplicações financeiras (Nota 4)

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia está inserida no regime tributário do lucro real, conforme segue:

a) Conciliação da alíquota efetiva do imposto

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	22.877	(102.620)	(3.311)	(98.831)
Alíquota nominal %	34%	34%	34%	34%
Impostos à alíquota normal	7.778	34.891	1.126	33.603
Efeitos tributários sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	(7.814)	(34.859)	-	-
Crédito de Prejuízo Fiscal não constituído	(36)	(32)	(7.902)	(7.902)
Reversão (Constituição) <i>impairment</i>	-	-	32.965	(29.490)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	26.189	(3.789)
Total	-	-	26.189	(3.789)

A Administração da Companhia decidiu por não reconhecer tais tributos diferidos ativos, uma vez que, através de estudo tributário visualiza que para o ano de 2026 apurará prejuízo fiscal.

b) Movimentação dos saldos dos passivos fiscais diferidos

<i>Em milhares de Reais</i>	Saldo líquido em 1º de janeiro	Reconhecido no resultado	Saldo em 31 de dezembro 2025
			Passivo fiscal diferido
Propriedade para investimento	41.184	(26.189)	14.995
Imposto líquido passivo	41.184	(26.189)	14.995

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Contingências

A controlada BRC VII é parte em ações judiciais perante tribunais e órgãos governamentais de natureza fiscal/tributário, decorrentes do curso normal de seus negócios, cuja probabilidade de perda avaliada pelos assessores jurídicos é de risco possível, portanto, em consonância com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, item 86, requerida apenas divulgação, conforme demonstrado abaixo:

Natureza da ação	Valor	Risco	Ano
Tributário	R\$64	Possível	2025
Tributário	R\$91	Possível	2024

A administração da Companhia informa não ter conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado em 31 de dezembro de 2025.

O valor de causa possível apresentado se trata de lançamento de ofício - Auto de Infração e Imposição de Multa no qual a BRC VII (investida) responde como Reponsável Tributária Solidária e que desde setembro de 2022 se encontra no CARF para avaliação do julgamento de recurso.

18. Instrumentos financeiros

i) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Hierarquia de valor justo--Continuação

Demonstramos abaixo os valores justos dos ativos e passivos financeiros, os quais estão todos classificados no “Nível 1” de hierarquia do valor justo versus os saldos contábeis:

- Caixa e equivalente de caixa (nota explicativa 4).

Demonstramos abaixo os valores justos dos ativos e passivos financeiros, os quais estão todos classificados no “Nível 2” de hierarquia do valor justo versus os saldos contábeis:

- Contas a receber
- Fornecedores

ii) Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além da seguintes classificação: (a) custo amortizado; e (b) valor justo por meio do resultado (VJR).

Os instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são os seguintes:

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	6	822	72.878	1.973
Contas a receber	Valor justo por meio do resultado	-	-	4.097	(133)
Passivos					
Fornecedores	Custo amortizado	37	2	116	306
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	-	-	959	959

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não possui saldos em aberto referentes a esses instrumentos nessas datas.

i) *Valor justo dos instrumentos financeiros*

A Companhia não divulgou os valores justos para instrumentos financeiros, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos.

19. Gestão de riscos

Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia.

Para minimizar esse risco, já na fase de cotação dos contratos de locação, os clientes são submetidos à rigorosa análise qualitativa. Adicionalmente, quando aplicável, os locatários estão garantidos por retenções, coobrigação dos cedentes, ou garantia real, assegurando a integridade do fluxo de caixa, adicionalmente a Companhia retoma o ativo e retoma o espaço para futuras novas locações, prevista mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi:

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Gestão de riscos--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e Equivalentes de caixa (Nota 4)	6	822	72.878	1.973
	6	822	72.878	1.973

A Companhia possui 'Caixa e equivalentes de caixa' em bancos e instituições Financeiras de primeira linha, e por isso, considera que têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	Menos de 1 ano	Mais de 1 ano	Menos de 1 ano	Mais de 1 ano
Em 31 de dezembro de 2025				
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	72.878	-
Contas a receber	-	-	4.097	-
Fornecedores	37	-	116	-
Em 31 de dezembro de 2024				
Caixa e equivalentes de caixa	822	-	1.973	-
Contas a receber	-	-	(133)	-
Fornecedores	2	-	306	-

iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

REC Log 2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Gestão de riscos--Continuação

iv) Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos e passivos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6	822	72.878	1.973
Ativos financeiros, líquidos	6	822	72.878	1.973

v) Risco operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a companhia estabeleceu rotinas de verificação, realizada por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou.

20. Partes relacionadas

A Companhia não efetuou transações com partes relacionadas. Não houve remuneração aos diretores da Companhia no exercício de 2025.

Jorge Carlos Nuñez
Diretor

Irko BPS Assessoria Contábil Ltda.
CNPJ 46.893.334/0001-32 | CRC 2SP045520
Pier Paolo Atti
Contador CRC SP-154001/O-0